

Revista
Latino-americana de

**Geografia e
Gênero**

Volume 8, número 1 (2017)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política

*Las Mujeres en las Elecciones de 2014 en
Brasil: Evidencias de Exclusión y Marginación
Política*

*Women in 2014 Elections in Brazil: Evidences of
Political Exclusion and Marginalization*

Edson Armando Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil
edameister@gmail.com

Ivan Jairo Junckes

Universidade Federal do Paraná - Brasil
ivanjairojunckes@gmail.com

Rodrigo Rossi Horochovski

Universidade Federal do Paraná - Brasil
rodrigoh33@gmail.com

Neilor Fermino Camargo

Universidade Federal do Paraná - Brasil
camargon@gmail.com

Joseli Maria Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil
joseli.genero@gmail.com

Como citar este artigo:

SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino; SILVA, Joseli Maria. Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 251-272, 2017. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política

*Las Mujeres en las Elecciones de 2014 en Brasil: Evidencias de Exclusión y
Marginación Política*

*Women in 2014 Elections in Brazil: Evidences of Political Exclusion and
Marginalization*

Resumo

O Brasil apresenta uma fraca participação de mulheres em cargos eletivos, pouco mais que um décimo. Esta é uma condição crítica para uma democracia representativa. Dentre as condicionantes estruturais desse fenômeno está o financiamento eleitoral. O presente trabalho investiga a participação das mulheres nas redes de financiamento das eleições de 2014 no Brasil. Os resultados demonstram que as relações entre os agentes políticos produzem um direcionamento assimétrico e seletivo dos recursos financeiros, constituindo uma dinâmica estrutural de exclusão e marginalização das mulheres nas arenas do poder no Brasil. Com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, organizamos um banco de dados relacional e utilizamos a metodologia da análise de redes sociais e tratamentos estatísticos multivariados para explorar os 220.325 relacionamentos registrados entre os 185.255 financiadores, agentes partidários e candidatos nas eleições de 2014.

Palavras-Chave: Mulheres; Gênero; Financiamento Eleitoral; Eleições; Análise de Redes Sociais.

Resumen

Brasil tiene una escasa participación de mujeres en cargos electos, poco más de una décima parte. Esta es una condición fundamental para una democracia representativa. Entre los condicionantes estructurales de este fenómeno se encuentra la financiación electoral. Este trabajo investiga la participación de las mujeres en las redes de financiación de las elecciones de 2014 en Brasil. Los resultados muestran que la relación entre los agentes políticos produce una orientación asimétrica y selectiva de los recursos financieros, constituyendo una dinámica estructural de exclusión y marginación de las mujeres en los ámbitos de poder en Brasil. Sobre la base de los datos del Tribunal Superior Electoral - TSE organizamos una base de datos relacional y utilizamos la metodología de análisis de redes sociales y tratamientos estadísticos multivariados para explorar las 220.325 relaciones registradas entre los 185.255 financiadores, agentes de partidos y candidatos en las elecciones de 2014.

Palabras-Clave: Mujeres; Género; Financiación Electoral; Elecciones; Análisis de Redes Sociales.

**Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva**



Abstract

Brazil has a low participation of women in elective positions, little more than a tenth. This is a critical condition for a representative democracy. Among the structural determinants of this phenomenon is electoral financing. This paper investigates the participation of women in the financing networks of the 2014 elections in Brazil. The results show that the relations between the political agents produce an asymmetric and selective destination of those financial resources, constituting a structural dynamics of exclusion and marginalization of the women in the arenas of the power in Brazil. Based on data from the Superior Electoral Court (TSE), we organized a relational database and used the methodology of social network analysis and multivariate statistical treatments to explore the 220,325 relationships recorded among 185,255 funders, party agents and candidates in the 2014 elections.

Keywords: Women; Gender; Electoral Financing; Elections; Social Network Analysis.

Introdução

Em uma pesquisa com dados internacionalmente comparáveis, o Brasil, em abril de 2016, ocupava a 155^a posição entre 189 países no ranking de participação feminina em câmaras baixas dos parlamentos nacionais, alcançando 51 das 513 cadeiras, ou seja, 9,9% da Câmara dos Deputados¹. O fato de o país encontrar-se no quartil mais baixo de um indicador global que quantifica a inserção feminina em legislativos nacionais, denuncia uma estruturação profundamente assimétrica do poder político entre os gêneros. Em todos os países democráticos, os mecanismos de financiamento eleitoral têm sido determinantes para a distribuição do desempenho eleitoral. O trabalho que realizamos² buscou identificar a influência do financiamento eleitoral sobre o desempenho das mulheres nas eleições de 2014 no Brasil. Mais precisamente, nos interessou a investigação das relações entre o posicionamento central ou periférico das mulheres nas redes de financiamento eleitoral e o maior ou menor sucesso nas eleições.

Nossas fontes iniciais são os arquivos eleitorais com informações de 185.255 doadores de campanha, candidatos e organizações partidárias, disponibilizados no Supremo Tribunal Eleitoral (TSE). Os dados originais foram agregados e organizados em um banco de dados relacional sediado no Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (GETE/UEPG). Para exploração e tratamento dos dados utilizamos a metodologia de análise de redes sociais e alguns testes estatísticos multivariados.

Para a discussão do trabalho e dos resultados apresentamos, inicialmente, uma breve contextualização temática sobre mulheres e financiamento eleitoral. Na segunda parte do texto discutimos os atores ou grupos de atores isolados da grande rede de financiamento. Esta seção inclui uma análise das candidaturas

1 A tabela completa está disponível em <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>.

2 O presente estudo foi desenvolvido no Grupo de Estudos Territoriais (GETE – Política) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), congregando pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Federal do Paraná.

inaptas, que são aquelas que, embora inicialmente registradas pelos partidos, não foram referendadas pela justiça eleitoral pelos mais diversos motivos. Interessa-nos, aqui, verificar se há clivagem de gênero nesta exclusão de candidaturas. Na terceira parte, fazemos análises semelhantes para as candidaturas presentes no grande grupo de centenas de milhares de atores que se conectam entre si direta ou indiretamente na rede de financiamento. Nas considerações finais, buscamos os sentidos teóricos que os achados acarretam para o debate de gênero e suas sinalizações para futuros estudos.

As Mulheres nas Eleições e os Estudos sobre Financiamento Eleitoral

É vasta a literatura que esquadrinha as razões da reduzida participação das mulheres em cargos eletivos no Brasil. Entre os diversos trabalhos, podemos destacar os de Avelar (2000), Araújo (2005, 2009, 2010 e 2013), Finamore (2006), Miguel e Queiroz (2006), Álvares (2008), Alves e Cavenaghi (2009), Bohn (2009), Souza, Ribeiro, Ribeiro e Marques (2010). A própria Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) patrocinou uma coletânea específica sobre o tema, Mulheres nas eleições 2010, organizada por José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão (2012).

Em outros trabalhos, Bolognesi (2012), Araújo (2013) e Costa, Bolognesi e Codato (2013) discutem, especificamente, a associação das cotas de gênero para a configuração dos legislativos eleitos via sistema proporcional, chegando à conclusão de que a reserva imposta para as candidaturas não tem sido eficaz para que ocorra qualquer alteração substancial no quadro da flagrante desproporção entre homens e mulheres nesses espaços.

Embora recente, o campo do financiamento eleitoral também tem acumulado uma produção importante, a revelar que o vínculo entre dinheiro e voto, presente em praticamente todas as democracias eleitorais, é particularmente intenso no Brasil. Dentro dessa produção, encontram-se estudos como os de Fleischer (2002), Araújo (2004), Zovatto (2005), Abramo (2005), Rubio (2004, 2005 e 2005a), Álvares (2008), Bourdoukan (2009), Peixoto (2009), Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), e Cervi (2009 e 2010).

Nos últimos anos, as agendas se encontram e pesquisadores têm-se debruçado, direta ou indiretamente, sobre as interfaces entre financiamento eleitoral e gênero. Neste tópico, destacam-se trabalhos como os de Speck e Sacchet (2012 e 2012a), Peixoto (2012), e Speck e Mancuso (2014). Os dados mobilizados mostram que a maior dificuldade de acesso a recursos financeiros por mulheres nas campanhas eleitorais é uma das explicações plausíveis para a disparidade entre os gêneros.

Os estudos citados adotam estratégias de investigação qualitativa e/ou quantitativa. No primeiro caso, baseiam-se principalmente nos relatos dos atores e atrizes dos processos políticos, visando a reconstituição das narrativas que formam os discursos dominantes na política eleitoral e partidária. No que toca ao gênero, assinalam a permanência de legados patriarcais, subsumidos no machismo recalcitrante em praticamente todas as esferas da vida social. Os estudos de orientação mais quantitativa, em geral, correlacionam dados como valores de doações de campanha com número de votos, situação de urna (candidaturas eleitas e não eleitos, competitivas ou não) e atributos dos

**Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva**

indivíduos, incluindo gênero.

Novos estudos têm adotado a análise relacional para contribuir com as investigações sobre os mecanismos que produzem a marginalização das mulheres na dinâmica eleitoral. Identificando elementos estruturais nas redes de relacionamento entre agentes políticos tem sido possível compreender como os vínculos estabelecidos a partir das doações de campanha influenciam, ou mesmo determinam, as possibilidades de êxito na ocupação dos espaços sociais preenchidos pela política eleitoral (JUNCKES et al., 2015; HOROCHOVSKI et al. 2015 e 2016). O presente trabalho filia-se a esta última linha de estudos.

Para executar a pesquisa fonte deste artigo, inicialmente, coletamos dados de prestação de contas e de perfil de candidaturas (gênero, idade, escolaridade, profissão, renda, raça, etc.) presentes em planilhas do Repositório de Dados Eleitorais, disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os quais foram compilados e tratados para alimentar um banco de dados relacional (PostgreSQL), o qual conta com dados integrados das eleições de 2002 até 2016, contemplando-se todos os cargos em todas as unidades da federação neste período. Para exploração e análise dos dados no banco, empregamos recursos de mineração de dados, a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) e testes estatísticos simples e multivariados¹.

Conforme demonstrado na Tabela 1, a rede que exploramos para o presente estudo conta com a participação de 159.233 doadores pessoas físicas e jurídicas, 653 agentes partidários agregados e 25.369 candidatos e candidatas a todos os cargos em disputa em todas as Unidades da Federação. As ferramentas de banco de dados e análise de redes permitiram relacionar os 185.255 participantes da rede através de 220.325 conexões, as quais nomeamos “arestas”.

Tabela 1 - Agentes participantes das redes de financiamento eleitoral de 2014.

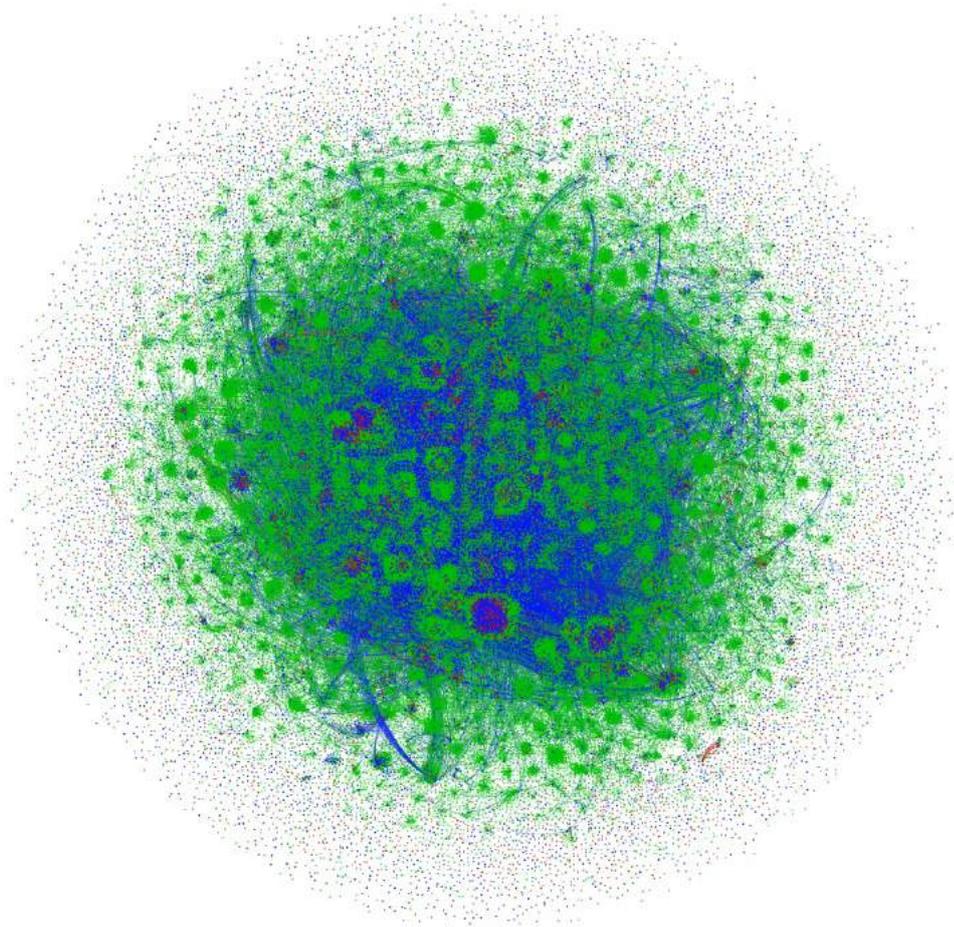
Agente	N	%
Pessoas Físicas (PF)	142.908	77,1%
Pessoas Jurídicas (PJ)	16.325	8,8%
Candidatos (CA)	25.369	13,7%
Agentes Partidários (AP)	653	0,4%
TOTAL	185.255	100,0%

Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

O grafo resultante desse trabalho de montagem de rede pode ser conferido na figura 1, na qual os financiadores privados ou agentes partidários estão representados por pontos verdes, os candidatos por pontos azuis e as candidatas por pontos vermelhos. As cores das linhas correspondem ao tipo de doador na origem.

3 Para melhor compreensão da ARS ver: Análise estrutural das redes sociais (LEMIEUX & MATHIEU, 2004) ou An overview of social network analysis (OLIVEIRA & GAMA, 2012).

Figura 1: Grafo da rede geral de financiamento eleitoral de 2014.



Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

O Isolamento e a Exclusão das Mulheres na Arena Política

Para atender a legislação e apresentar ao menos trinta por cento de candidaturas femininas, a maioria dos partidos políticos utiliza a estratégia de completar a chapa a ser registrada para a disputa com candidatas sem pretensão ou possibilidade eleitoral, gerando assim um alto índice de renúncia ou indeferimento de registro dessas candidaturas muito acima do índice geral.

Além de fatores culturais e socioeconômicos os mais diversos, Barreira e Gonçalves (2012, p. 322) apontam que estratégias específicas adotadas por dirigentes partidários para o recrutamento eleitoral produzem o que as autoras chamam de “caça” de candidatas visando o cumprimento da Lei 9.504/97, conhecida como a Lei de Cotas. Nestas condições de registro, tais candidatas se tornam “ovelhas de sacrifício”, tal qual descrito por Thomas e Bodet (2013) em estudo sobre estratégias semelhantes utilizadas pelos partidos no Canadá.

Do total de candidaturas registradas para as eleições de 2014, as mulheres são inicialmente 31,2%, quase um terço. Todavia 21,8% dessas inscritas renunciaram ou teve seu registro indeferido, tendo sido, portanto, declaradas inaptas. Dessa forma, o número de candidatas aptas para realizar campanha

**Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermio Camargo, Joseli Maria Silva**

Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política

alcançou apenas 24,3% do total de inscritos, menos de um quarto. Formalmente, nas eleições de 2014 cumpriu-se a cota de 30% (art. 10, §3º, da Lei 9.504/97), porém apenas para os registros dos tribunais eleitorais.

Tal qual pode ser verificado na Tabela 2, quando observamos o “indeferimento” de candidaturas de forma comparada, percebemos que a dinâmica é bem distinta entre as candidaturas femininas e masculinas. A proporção de candidatas declaradas inaptas é quase o dobro dos candidatos.

Tabela 2: Distribuição de candidatos aptos e inaptos por gênero.

	N	%	Aptos	%	Inaptos	Inaptos Total	Inaptos Total	Inaptos/Aptos
Homens	17.462	68,8%	15.210	71,1%	2.252	56,7%	12,9%	14,8%
Mulheres	7.907	31,2%	6.187	28,9%	1.720	43,3%	21,8%	27,8%
TOTAL	25.369	100,0%	21.397	100,0%	3.972	100,0%		

Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

Os dados do TSE possibilitam identificar alguns atributos relativos às 3.972 candidaturas tornadas inaptas. São candidaturas que arrecadaram 0,8% das receitas declaradas pelo conjunto dos candidatos. Do pouco que fora arrecadado, os homens concentraram 86% dos recursos e as mulheres dividiram os restantes 14%.

A distribuição das candidaturas inaptas entre os partidos políticos revela que, em apenas três pequenos partidos de esquerda (PCB, PCO e PSTU⁴), o percentual de candidatas tornadas inaptas é menor que o dos candidatos homens. Na maioria absoluta dos partidos os casos de indeferimento de candidaturas ou de renúncia entre as mulheres são 70% superiores que entre os homens, com destaque (negativo) para PMDB, PSC, PSD e PT⁵. As dinâmicas no processo de validação das candidaturas apontam, como vimos, para a profunda diferença entre a atenção dada às exigências da legislação e uma efetiva integração da mulher no processo eleitoral.

Tal mecanismo de inaptidão, inclusive de homens, gera um numeroso conjunto de candidaturas que, em geral, aparecem na rede desconectadas de todos os demais componentes, revelando sua posição marginal no jogo político, tal qual analisamos a seguir.

Na rede geral⁶, encontramos 8.902 micro ou pequenos grupos que constituem sub-redes marginais, aos quais denominamos na teoria de redes de componentes isolados, representados na Figura 2. Essas sub-redes isoladas são

4 Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

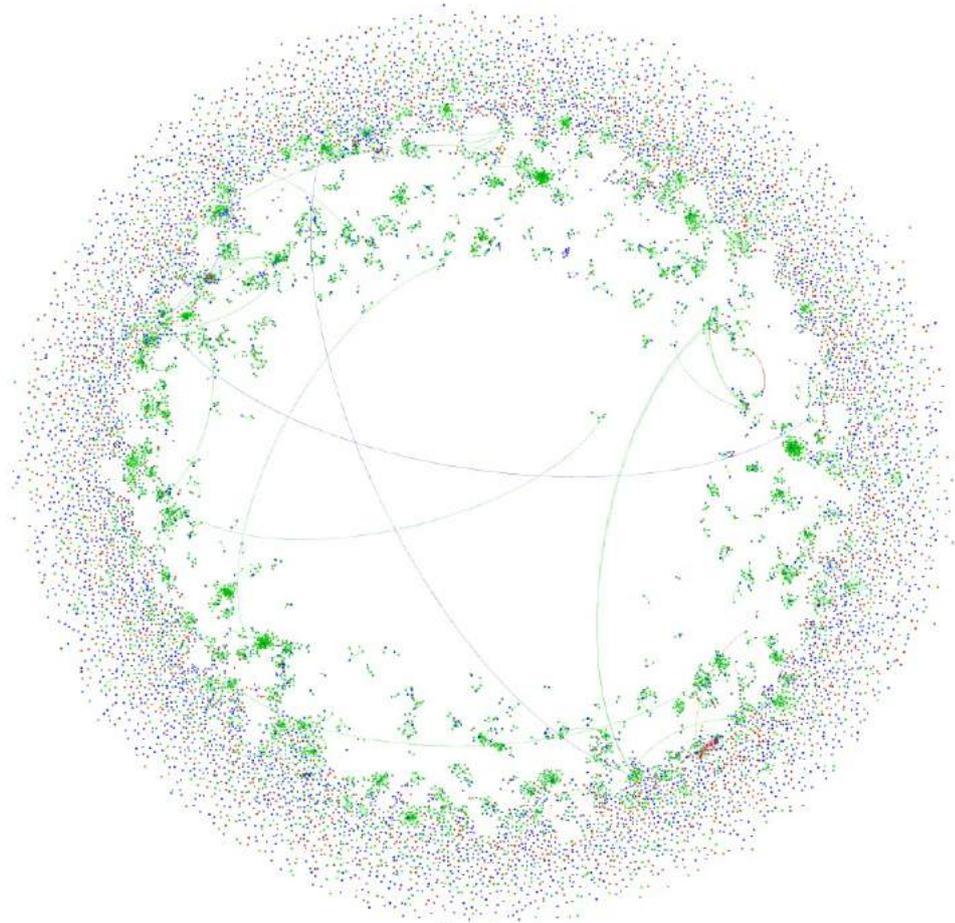
5 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Democrático (PSD), Partido dos Trabalhadores (PT).

6 Analisaremos a rede geral em dois segmentos: uma grande sub-rede conectada que chamamos de componente gigante e centenas ou milhares de micro e pequenas sub-redes que denominamos de componentes isolados.

7 Cada componente isolado pode conter um ou mais nós.

formadas por 13.174 nós⁷ (candidatos(as), financiadores privados e agentes partidários) e 4.499 arestas (relacionamentos).

Figura 2: Grafo dos componentes isolados da rede de financiamento eleitoral de 2014.



Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

Nos 8.902 micro ou pequenos grupos que denominamos componentes isolados, podem ser encontrados 28,9% do total de candidatos da rede, todavia, integram essa parcela da rede apenas 2,9% dos financiadores pessoas jurídica (PJ), 3,7% dos financiadores pessoas física (PF) e 4,4% dos agentes partidários da rede. Ou seja, essas sub-redes isoladas são formadas basicamente de candidatos, doadores pessoas físicas e agentes dos partidos à margem das principais alianças em disputa.

Dos 28,9% candidatos(as) registrados que se encontram nos componentes isolados, apenas 2,3% apresentam a condição de eleitos(as). Esse quadro é ainda mais agudo para as mulheres, pois, embora o percentual de participação delas nessas sub-redes isoladas seja maior, 33,8%, a participação das eleitas é menor, atingindo minguados 1,6%, percentual que expressa a participação de somente três eleitas dentre as 178 candidatas. Essa composição pode ser verificada na tabela 3:

**Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva**

Tabela 3: Comparativo entre composição da rede geral e componentes isolados.

	N	PJ	PF	AP	CA	CA homem	CA mulher	Total eleitos	Eleitos mulher
Rede Geral (i)	185.255	16.325	142.908	653	25.369	17.462	7.907	1.626	178
Comp. Isolados (ii)	13.174	472	5.322	29	7.351	4.671	2.680	38	03
ii/i %	7,1%	2,9%	3,7%	4,4%	28,9%	26,7%	33,8%	2,3%	1,6%

Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

Além da inaptidão, uma participação tão reduzida entre os(as) eleitos(as) pode ser razoavelmente explicada pela escassez de recursos destinados a esses(as) candidatos(as). Do total de R\$ 4,3 bilhões recebidos na rede geral, apenas um por cento foi acolhido por candidatos encontrados nos micro ou pequenos grupos isolados. Essa participação fica ainda menor quando observados os recursos doados aos candidatos por financiadores PJ e por agentes partidários, apenas 0,2% e ínfimos 0,05%, respectivamente.

Quando verificados os recursos recebidos pelas mulheres esses percentuais quase desaparecem. Assim sendo, além da marginalidade expressa nos altos índices de inaptidão, as candidaturas pouco conectadas, ou isoladas, guardam, também, a condição de “esquecidas” pelos financiadores privados e ‘abandonadas’ pelos agentes partidários.

Resultado de tal esquecimento e abandono de financiamento, a Tabela 4 mostra que um candidato que estava conectado ao núcleo da rede de 2014 tinha 17 vezes mais chances de se eleger que um nos micro ou pequenos grupos isolados. Ou seja, como vimos, estar posicionado(a) em um componente isolado reduz drasticamente as possibilidades de sucesso eleitoral.

Tabela 4: Teste de razão de chances de eleição componentes isolados X componente gigante.

	Geral		Eleitas(os)	
	N	%	N	%
Isolados	7351	29%	38	2%
Gigante	18018	71%	1588	98%
Total	25368	100%	1626	100%
Odds ratio: 17,049 p(ratio=1) < 0,051				

Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

Nas sub-redes isoladas, onde a chance de sucesso eleitoral no geral é quase nula, um homem ainda tem quase sete vezes mais chances de se eleger que

uma mulher, tal qual pode ser observado em teste exibido na Tabela 5. Nestas condições, mesmo tendo uma participação de 36% nos componentes isolados, apenas três mulheres foram eleitas, cerca de 0,1% das candidatas.

Tabela 5: Teste de razão de chances de eleição homem X mulher nos componentes isolados.

	Geral		Eleitas(os)		
	N	%	N	% gênero	% do total
Feminino	2680	36%	3	0,1%	8%
Masculino	4670	64%	35	0,7%	92%
Total	7350	100%	38	0,5%	100%
Odds ratio: 6,6952 p(ratio=1): <0,05					

Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

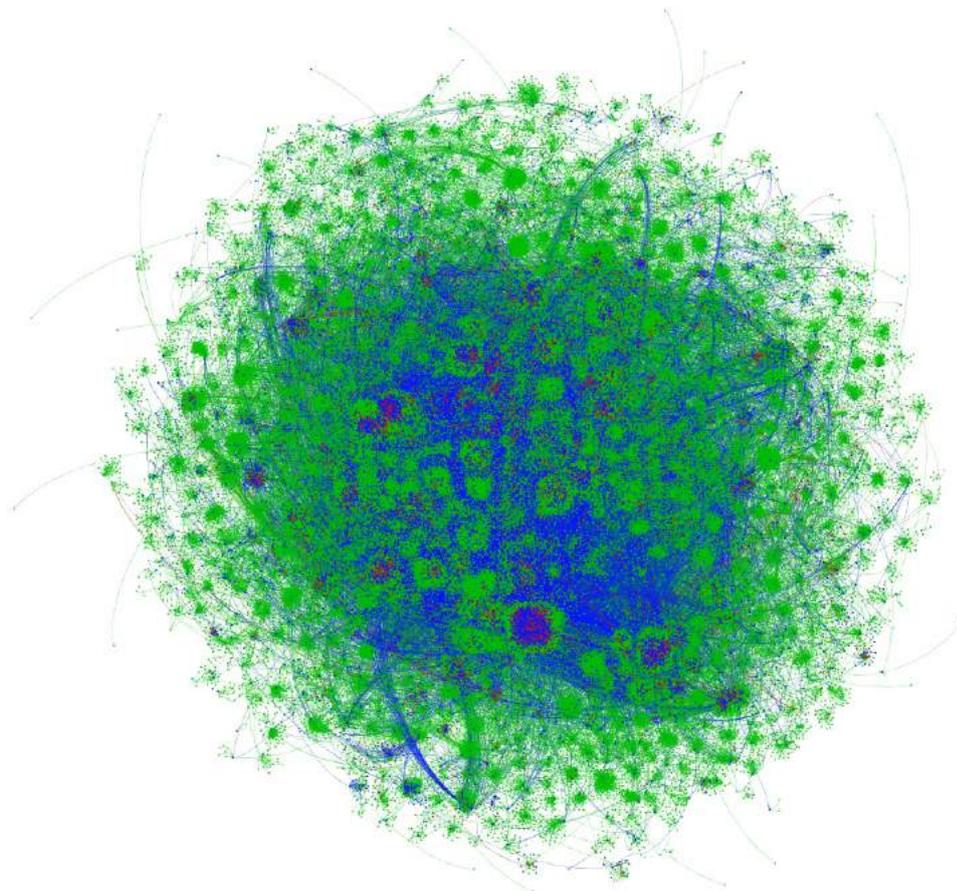
Em síntese, os micro ou pequenos grupos isolados contêm os candidatos(as) com acesso formal quase nulo às principais fontes de financiamento das campanhas eleitorais e com as mais reduzidas possibilidades de eleição. Tal qual exposto nos testes, a situação das mulheres é ainda pior tanto em recursos, quanto em chances de sucesso eleitoral. Podemos afirmar, portanto, que um terço das mulheres registradas está posicionado em condição análoga à exclusão. Na prática, apenas dois terços delas disputam as eleições com alguma possibilidade de êxito, tal qual veremos a seguir.

A Integração Marginal das Mulheres na Estrutura de Financiamento Eleitoral

Além das milhares de sub-redes isoladas, a rede geral é composta de uma grande sub-rede conectada, a qual denominamos de componente gigante. Esse componente da rede de financiamento eleitoral de 2014 é formado por 172.081 nós (candidatos, financiadores e agentes partidários) que estabelecem entre si 215.827 arestas/conexões, números que representam respectivamente 92,9% e 97,9% dos nós e arestas de toda a rede. Do total de participantes da rede, se encontram no grande componente conectado 96,2% dos financiadores pessoas físicas, assim como 97,1% dos financiadores empresariais, 95,6% dos agentes partidários e 71,1% dos candidatos da rede.

Identificamos, através da análise de redes que há nessa grande sub-rede conectada, expressivos 2.147.483.647 'caminhos mais curtos' (shortest paths), que conectam todos os seus 172.081 candidatos, financiadores e agentes partidários em alguns poucos passos. Dentro desse componente, qualquer candidato ou financiador de Roraima ou Maranhão está conectado com qualquer outro candidato ou financiador no Rio Grande do Sul ou Rondônia por alguns poucos passos. Tal integração pode ser observada no grafo a seguir (Figura 3).

Figura 3: Grafo do componente gigante da rede de financiamento eleitoral de 2014.



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (Brasil, 2014).

A ampla maioria dos 172.081 nós do grafo anterior é formada por 137.586 pessoas físicas (PF). Os financiadores pessoas jurídicas são 15.853, os agentes partidários somam apenas 624 e os demais 18.018 são candidatos assim distribuídos: 12.791 são homens (71%) e 5.227, mulheres (29%). A Tabela 6 traz essa distribuição.

Tabela 6: Distribuição dos nós do componente gigante por tipo.

N	PJ	PF	AP	CA	CA Home	CA Mulher	Total Eleitos	Eleitos Mulher
172.081	15.853	137.586	624	18.018	12.791	5.227	1.588	175

Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

Dois fatores se destacam quando observamos o componente gigante conectado: o volume de recursos financeiros e a concentração de eleitos. Esse grupo comporta 99% das receitas declaradas recebidas pelos candidatos (R\$ 4.314.527.816,00), e, complementarmente, percentuais próximos de 99% de recursos doados por financiadores privados e agentes partidários. Além da quase totalidade dos recursos, estão conectados entre si a quase totalidade dos

Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva

eleitos: 1.588 entre um total de 1.626 em 2014, o que representa 97,7%. O teste de razão de chances, exibido na tabela 4, demonstra que um candidato conectado no componente gigante tem uma chance 17 vezes maior de ser eleito do que um candidato em algum componente isolado.

Dado que constituir o componente gigante é determinante para as possibilidades de eleição, investigamos como se comporta a chance de eleição no interior do grande componente conectado. Buscamos saber se os candidatos mais conectados têm também maiores chances de sucesso.

Dispusemos, então, os candidatos em quartis superiores e inferiores conforme seu desempenho em três medidas de centralidade – grau, proximidade e intermediação⁸. Os resultados estão na Tabela 7, na qual se constata que um candidato no quartil superior de centralidade de grau tem mais de 207 vezes mais chances de estar entre os eleitos do que um candidato no quartil inferior. Também são expressivas as diferenças de chances nas outras medidas: 12 vezes para centralidade de proximidade e 178, para intermediação. Em suma, ocupar posições centrais em uma rede, no caso no componente gigante da rede, importa, e muito, para as chances eleitorais de uma candidatura.

Tabela 7 - Quartis de centralidades (grau, proximidade e intermediação) e razões de chances (eleitos versus não eleitos).

Quartil	Centralidade de grau		Centralidade de proximidade		Centralidade de intermediação	
	Média	Eleitos	Média	Eleitos	Média	Eleitos
Superior	40,09	1403	0,21	894	-0,04	1363
Inferior	1,31	8	0,15	82	-3,27E-12	9
Razão de chances (eleitos vs não eleitos)	207,49		11,992		178,22	
p(ratio=1):	< 0,05		< 0,05		< 0,05	

Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

Visto que os candidatos conectados têm maiores chances de sucesso eleitoral e que os mais centrais ampliam suas chances, resta-nos investigar sobre a assimetria de sucesso eleitoral entre homens e mulheres, pois 71% dos candidatos(as) são homens, todavia, entre os 1.588 eleitos eles são 89%. Entre as mulheres, elas são 29% entre os candidatos(as) e apenas 11% entre os eleitos(as).

Frequentemente, tais diferenças são explicadas por atributos específicos

8 A centralidade de grau é a medida de conexões que um nó, ou ator, detém em uma rede. Quanto maior o número de relacionamentos maior será o seu grau. A centralidade de proximidade mede o quanto um nó/ator encontra-se próximo/distante de todos os demais nós da rede, podendo, por exemplo, utilizar-se desse posicionamento para alcançar mais facilmente qualquer dos nós de uma rede. A centralidade de intermediação mede o quanto um nó está localizado entre os demais nós de uma rede, podendo, por exemplo, utilizar de seu potencial de intermediação para obstruir ou facilitar fluxos em uma rede. Para compreender melhor ver: *Introducing social networks* (DEGENNE & FORSÉ, 2007) ou *A glossary of terms for navigating the field of social network analysis* (HAWE, WEBSTER & SHIELL, 2004).

Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política

detidos por homens e mulheres no campo político. Buscamos complementar a explicação de tal fenômeno através da investigação dos relacionamentos estabelecidos pelos candidatos e candidatas. Investigamos, para tal, fim a participação de homens e mulheres entre os atores mais centrais. Primeiramente, se faz necessário verificar a distribuição de homens e mulheres no ranking dos índices de centralidade e sua correlação com a condição de eleito(a) ou não eleito(a). Para tanto, realizamos procedimento semelhante ao descrito anteriormente.

Distribuímos os candidatos do componente gigante por quartis, conforme as centralidades, introduzindo um recorte de gênero. A Tabela 8 mostra os resultados para os quartis superiores, onde há uma grande concentração de homens nas três medidas, mas especialmente em grau e intermediação, nas quais eles superam os 86%. Vale frisar que, em ambas as medidas, o percentual de eleitos dentro dos gêneros se aproxima (em torno de 30% para os homens e 26% para as mulheres). Neste caso específico, é possível inferir que mulheres que furam bloqueios e conseguem colocar-se nas posições mais centrais na rede de financiamento aumentam sua competitividade, não ficando muito aquém de seus concorrentes masculinos. Todavia, a questão primordial aqui é que nas referidas posições centrais elas são sempre minoritárias, em contraste com o que ocorre nos quartis inferiores de centralidade (Tabela 9), cujos percentuais de mulheres são expressivamente maiores – em torno de 40% em grau e intermediação, por exemplo, excedendo as cotas de gênero nos estratos em que se encontram as candidaturas periféricas do componente gigante.

Conforme apontam os dados do grande componente conectado, podemos

Tabela 8 - Quartis de centralidades (grau, proximidade e intermediação) superiores e razões de chances (eleitos versus não eleitos) por gênero.

Gênero	Centralidade de grau				Centralidade de proximidade				Centralidade de intermediação			
	N	% quartil	N eleitos	% eleitos	N	% quartil	N eleitos	% eleitos	N	% quartil	N eleitos	% eleitos
Homens	3892	86,3%	1244	32,0%	3483	77,2%	801	23,0%	3906	86,6%	1208	30,9%
Mulheres	613	13,6%	159	25,9%	1022	22,7%	93	9,1%	599	13,3%	155	25,9%

Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

Tabela 9 - Quartis de centralidades (grau, proximidade e intermediação) inferiores e razões de chances (eleitos versus não eleitos) por gênero.

Gênero	Centralidade de grau				Centralidade de proximidade				Centralidade de intermediação			
	N	% quartil	N eleitos	% eleitos	N	% quartil	N eleitos	% eleitos	N	% quartil	N eleitos	% eleitos
Homens	2703	59,9%	7	0,26%	2801	62,1%	72	2,6%	2745	60,9%	8	0,3%
Mulheres	1802	40,0%	1	0,06%	1704	37,8%	10	0,6%	1760	39,0%	1	0,1%

Fonte: Banco de Dados do GETE, com dados do TSE (2015).

Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermio Camargo, Joseli Maria Silva

Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política

afirmar a associação entre a menor centralidade e a reduzida chance de eleição, portanto, entre o posicionamento periférico das candidatas e a baixa participação das mulheres entre os eleitos.

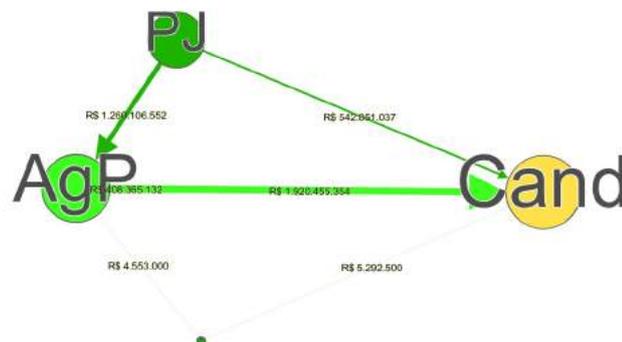
Esse posicionamento é resultante de uma condição relacional que envolve bem mais que os candidatos, sejam homens ou mulheres. Devemos analisar, também, o papel estratégico dos investidores que conectam e projetam esses candidatos(as). Para tal, é necessário investigar a participação dos financiadores na produção das centralidades e, conseqüentemente, das chances de sucesso eleitoral. Investigamos, portanto, a influência dos principais investidores, dos *key decision-makers*⁹, na maior ou menor conectividade de homens e mulheres no grande componente conectado.

Para tal, elaboramos, inicialmente, uma lista com os doadores privados (PJ e PF) e outra com os agentes partidários. Em ambas as listas, selecionamos os 100 nós mais bem posicionados nas medidas de centralidade de grau, de proximidade, de intermediação e peso ponderado (soma das transações de doação ou recebimento de recursos igual ou superior a R\$ 50 mil). Assim, constituímos duas listas com os nós selecionados nos quatro critérios e eliminamos aqueles repetidos. O resultado é uma listagem de financiadores privados centrais com 167 pessoas jurídicas (1,0% das PJ do componente gigante) e 10 pessoas físicas (0,07% das PF do componente gigante) e outra listagem com 179 agentes partidários (28,6% dos agentes partidários do componente gigante).

No total, esses 356 nós transacionam R\$ 4.141.623.575, valor que corresponde a 68,5% do valor doado por financiadores privados e agentes partidários aos candidatos(as) no componente gigante. Mais expressiva é a proporção do volume de doações realizadas pelas empresas mais centrais. Elas são 15.853 doadoras e doam pouco mais de R\$ 3 bilhões. As 167 pessoas jurídicas mais centrais doam R\$ 1,8 bilhão, ou seja, apenas 1% delas doa 43,5% daquilo que doam todas juntas. Além disto, cumprindo o papel de distribuição dos recursos segundo os interesses estratégicos dos partidos, os 179 agentes partidários doam para candidatos e outros agentes partidários 56,2% daquilo que seu grupo doa. A figura a seguir representa essa dinâmica:

Dos R\$ 4,1 bilhões transacionados pelos 356 financiadores centrais, R\$

Figura 4: Grafo dos 356 financiadores centrais agregados por tipo (PJ, PF, AP, CA).



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (Brasil, 2014).

9 Ver: KOSTIUCHENKO, T. Central Actors and Groups in Political Elite: Advantages of Network Approach. Polish Sociological Review, p. 195–204, 2011.

Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política

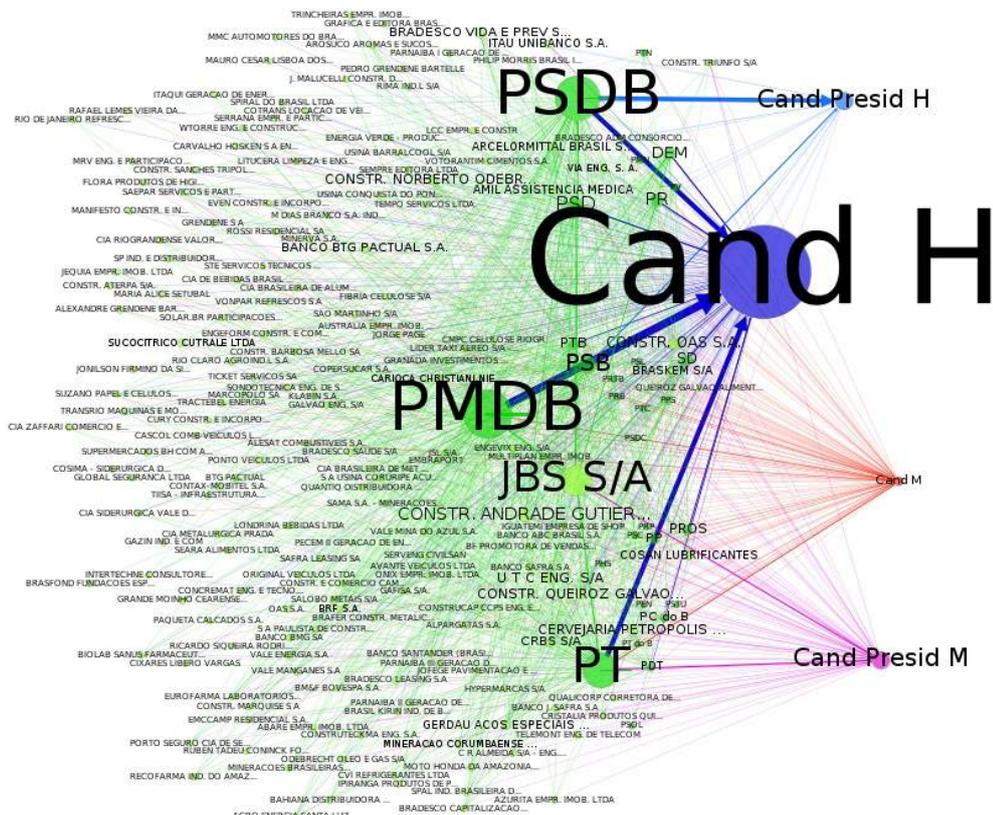
2.468.598.891,00 foram recebidos por 9.311 candidatos(as). Esse valor corresponde a 61,2% de todo o volume de recursos recebidos por todos os candidatos(as) na rede de 2014. Todavia, é necessário verificar qual a participação de homens e mulheres no acolhimento das doações desses 356 doadores centrais.

Dentre os(as) 9.311 receptores, 6.837 são candidatos e 2.474 são candidatas, 73,4% e 26,6%, respectivamente. Os candidatos receberam R\$ 1.971.749.754,00 e as candidatas os restantes R\$ 496.849.137,00. Uma proporção de 80% e 20%, respectivamente. O número de eleitos(as) dentre os(as) 9.311 é de 1.228, sendo 1.094 homens e 134 mulheres, 89,1% e 10,9%, respectivamente. Desconsiderando-se os(as) concorrentes ao cargo de presidente, os eleitos receberam R\$ 558.491.442,00 e as 134 eleitas receberam R\$ 65.805.107,00; 89,4% e 10,6%, respectivamente. Se considerássemos apenas as doações realizadas por financiadores privados, os valores destinados às mulheres são consideravelmente menores.

A participação das mulheres candidatas é de um terço entre todos(as) candidatos(as) registrados(as), tornando-se um quarto entre os(as) apoiados(as) pelos financiadores centrais e recebendo um quinto dos recursos. Dentre os eleitos, elas receberam um décimo dos recursos e são igualmente um décimo entre os(as) eleitos(as). Estas são evidências suficientes da concentração, direcionamento de gênero e assertividade seletiva dos “investimentos” dos financiadores centrais. O grafo a seguir ilustra essa condição.

Além da investigação sobre a influência dos financiadores centrais na

Figura 5: Grafo dos 356 financiadores centrais.



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (Brasil, 2014).

Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva



formação do posicionamento de homens e mulheres na rede, investigamos, também, em que medida os investidores centrais direcionam seus recursos no sentido da formação de um núcleo de poder político. Os resultados são bastante expressivos.

Os 356 financiadores mais centrais estabelecem 15.757 relacionamentos com 9.311 candidatos, dentre eles 1.228 eleitos. Isto significa que 0,23% dos financiadores do componente gigante, estabelecem 7,3% dos relacionamentos, contribuem com 51% das candidaturas e atingem diretamente 1.228 dos 1.626 eleitos(as) em 2014, dentre eles, além da Presidente da República, todos os senadores, 90% dos deputados federais, todos os governadores e 69% dos deputados estaduais e distritais.

A direcionalidade dos recursos dos financiadores centrais permite sugerir a seguinte cena: se realizassem apenas um telefonema, os 356 financiadores centrais, em conjunto, seriam atendidos antes das eleições por nada menos que metade dos candidatos em campanha nas eleições de 2014. Se realizassem outro telefonema após as eleições seriam atendidos por 75% dos eleitos(as) naquele pleito. Novamente investigamos a participação de mulheres nesses grupos, buscamos saber o perfil desses 356 financiadores tão influentes e o perfil dos 'seus/suas' financiados(as), interessando-nos especialmente pelo perfil do reduzido grupo de mulheres eleitas.

Conforme já colocado anteriormente, o grupo 356 investidores centrais é formado por 177 financiadores privados, sendo 167 pessoas jurídicas (1,0% das PJ do componente gigante) e 10 pessoas físicas (0,07% das PF do componente gigante), e 179 agentes partidários (28,6% dos agentes partidários do componente gigante).

As 177 empresas (PJ) apresentam a característica de serem grandes corporações, várias delas estão representadas na lista repetidas vezes em função de diferentes identidades jurídicas, por exemplo, o conglomerado Bradesco doou mais de R\$ 83 milhões em 212 doações realizadas por cinco de suas "personalidades": Bradesco Vida e Previdência, Saúde, Capitalização, Leasing e Arrendamento, e, Bradesco Administradora de Consórcios. A empresa com maior valor em doações é a JBS S/A, realizou 109 doações que totalizam R\$ 363.904.442,00. Desse valor, 79% foi doado para agentes partidários, a candidata a presidente recebeu 14%, os candidatos homens receberam 5,9% e os sobranes 0,1% foram destinados para as demais candidatas mulheres. O grupo mais destacado é o das construtoras. Juntas elas realizaram 976 doações que somam R\$ 549.324.435,00, sendo que os partidos receberam 73% desse valor, os(as) candidatos(as) a presidente receberam 17%, aos demais candidatos homens foi destinado 9,2%, e as demais candidatas mulheres dividiram míseros 0,8%.

Os financiadores privados pessoas físicas são apenas 10, com doações pouco expressivas, exceto três deles cujos valores ultrapassam R\$ 2 milhões, todavia concentrados em alguns poucos candidatos(as).

Os 179 agentes partidários que compõem o grupo de financiadores centrais cumprem a função de "triangular" as doações de financiadores privados para os candidatos. Todavia, não se trata de simples intermediação, visto que ao doar para o partido (para que este repasse os recursos) o doador/investidor alcança o comprometimento tanto do líder partidário quanto do candidato

**Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva**



destinatário final do investimento. Do total de R\$ 2.328.820.486,00 doados/repassados pelos agentes partidários, 17,5% são referentes a transações realizadas entre as próprias entidades partidárias (diretórios e comitês) e outros 15,2% tem como destino os(as) candidatos(as) ao cargo de presidente. O restante R\$ 1,5 bilhão foi doado aos candidatos(as) na proporção de 90% para os homens e 10% para as mulheres.

O perfil dos(as) candidatos(as) financiados pelos investidores centrais é bastante distinto do quadro geral.

Entre os 6.837 homens candidatos, 64% têm escolaridade superior (completo ou incompleto), 63% são brancos e 8% negros, 17% são políticos, 15% são empresários ou comerciantes, 7% advogados, 4% são médicos e 3% administradores. Entre os 1.094 homens eleitos este quadro fica ainda mais elitizado: 85% com ensino superior, 79% brancos e apenas 3% negros, 54% são políticos, 9% são advogados, 8% são empresário ou comerciante, 5% são médicos e na sequência administradores, engenheiros e economistas.

Entre as 2.474 mulheres candidatas, 60% têm curso superior (completo ou incompleto), 59% são brancas e 11% são negras, 8,7% são professoras de ensino fundamental ou médio, 6,5% são políticas, 5,8% são servidoras públicas estaduais ou municipais, 5% são advogadas, 5% são professoras, 5% são donas de casa, 5% são empresárias e as demais são aposentadas, estudantes, comerciantes ou auxiliares de escritório.

Entre as 134 mulheres eleitas e financiadas pelos investidores centrais, 90% têm escolaridade superior, 78% são brancas e 6% são negras, 46% são políticas, 8% são empresárias, 5% são advogadas, 5% são médicas e as demais são psicólogas, servidoras públicas, professoras, administradoras ou enfermeiras.

As diferenças entre homens e mulheres financiados(as) pelos investidores centrais são tênues, sendo as mulheres menos elitizadas. Todavia, entre os eleitos(as), as diferenças tornam-se residuais, prevalecendo um perfil de elite quando observados os critérios de escolaridade, raça e ocupação. Embora seja o voto determinado por um conjunto de fatores e o eleitor soberano em sua escolha, pelos estudos realizados podemos inferir que o direcionamento de recursos, operado pelos financiadores centrais, para um perfil elitizado de mulheres constitui uma variável elementar a ser considerada nos estudos de comportamento político e eleitoral para que seja compreendido o fenômeno da sub-representação e marginalização das mulheres na política.

Considerações Finais

A investigação que desenvolvemos buscou analisar a influência do financiamento eleitoral sobre o desempenho das mulheres nas eleições de 2014. Investigamos 220.325 conexões que 185.255 atores políticos estabeleceram entre si nas eleições de 2014 no Brasil. Demonstramos que o posicionamento das mulheres na teia de relacionamentos formada pelas doações de campanha condiciona, ou mesmo determina, o seu fraco desempenho no processo eleitoral. Demonstramos a integral correspondência entre o posicionamento periférico das mulheres nas redes de financiamento eleitoral e a baixa participação entre os eleitos. Foi possível, também,

**Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva**

demonstrar que o posicionamento dos candidatos e candidatas é uma resultante do estratégico direcionamento assimétrico dos recursos por parte dos financiadores, especialmente empresas e partidos políticos. Evidentemente, reconhecemos também que a estrutura de financiamento encerra um conjunto de fatores socioculturais prévios às eleições. Tais condições associadas geram um processo de exclusão e marginalização das mulheres na política partidária e ampliam a assimetria entre homens e mulheres no processo decisório da produção da agenda parlamentar no Brasil.

Inicialmente, demonstramos a delicada condição das candidatas “laranja” como “ovelhas de sacrifício”. Visando o cumprimento formal da cota de 30% na nominata de candidaturas, essas mulheres são inscritas sem qualquer condição ou apoio para permanecerem candidatas. Logo após o registro de sua candidatura elas desistem ou têm seu pedido indeferido. A ficção burocrática proporcionou aos partidos e cartórios eleitorais declarar que fora alcançado o fictício índice de 31,2% de “participação de mulheres” nas eleições de 2014. Entretanto, um terço deste contingente teve sua candidatura indeferida ou esteve posicionado em componentes isolados, em condição análoga à exclusão da competição eleitoral.

Os demais dois terços das candidatas registradas, que disputam as eleições, o fazem posicionados marginalmente quando se o compara aos homens no grande componente conectado, no qual podem ser identificados 99% dos recursos doados e 98% das candidaturas bem sucedidas. Dado que estar em posições centrais implica chances até 207 vezes maiores de ser eleito do que estar em posições marginais, a maioria das mulheres tem suas possibilidades de sucesso muito reduzidas em função de seu posicionamento na rede de financiamento eleitoral.

Tal posicionamento periférico, muito além dos atributos das mulheres, é resultado do direcionamento estratégico dos recursos alocados pelos investidores centrais. Mediante cálculos próprios da análise de redes localizamos 356 deles. Mesmo representando 0,2% dos doadores esses investidores centrais transacionaram 69% do total de recursos destinados às candidaturas e, assim, contribuíram diretamente para a eleição da Presidente da República, para todos os senadores, para 90% dos deputados federais, para todos os governadores e para 69% dos deputados estaduais e distritais. O destino dos recursos foi preponderantemente candidatos homens, brancos, escolaridade superior, políticos, empresários, advogados, comerciantes ou médicos, administradores e engenheiros ou economistas.

Resultado desse direcionamento assimétrico e seletivo, a participação das mulheres candidatas no início do processo é um terço entre todos(as) os candidatos(as) registrados(as). Torna-se um quarto entre os(as) apoiados(as) pelos financiadores centrais e recebe um quinto dos recursos. Dentre os eleitos, elas tornam-se um décimo, tendo recebido igualmente um décimo dos recursos, sendo que em alguns dos casos (doações da JBS, por exemplo) esses valores são um décimo de um por cento.

Corroboramos, assim, diversos estudos já realizados e reafirmamos que, além da restrição de acesso a recursos financeiros nas campanhas eleitorais, o posicionamento das candidatas na rede de financiamento eleitoral tem sido determinante para o comprometimento das chances de sucesso das mulheres

**Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva**



nas eleições.

Discutindo a estrutura relacional inerente ao financiamento político, contribuimos com os debates sobre a participação das mulheres na arena política. Resta-nos, como desafio, apontar para a necessidade de ampliação e aprimoramento dos estudos das redes de conectividade política das mulheres, a revisão integral da política de cotas e uma profunda revisão nas políticas públicas de apoio e incentivo à incorporação das mulheres na dinâmica político-eleitoral brasileira.

Referências

ABRAMO, Claudio Weber. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos** - CEBRAP, n. 73, p. 33 – 37, 2005.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 895 – 939, 2008.

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (orgs). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. Mulheres sem espaço no poder: análise do déficit democrático de gênero nas eleições municipais de 2004 e 2008. **61ª Reunião Anual da SBPC**, 2009, Resumos de Comunicações Livres.

ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira de. Financiamento de campanhas eleitorais. **Revista de Informação Legislativa**, v. 41, n. 161, p. 59 - 66, 2004.

ARAÚJO, Clara. Cotas femininas e financiamento de campanha. **Cadernos Adenauer**, v. XIV, n. 3, p. 11 – 30, 2013.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 23 – 59, 2009.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193 – 215, 2005.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 567 - 584, 2010.

AVELAR, Lúcia; LIMA, Fernão Dias de. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Lua Nova**, n. 49, p. 96 – 122, 2000.

BARREIRA, Irllys; GONÇALVES, Danyelle Nilin. 'Presença' e 'ausência' de

Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva

candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários”. In: ALVES, José Eustáquio Diniz PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima. (Orgs). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 315 – 336.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**, v. 35, p. 91 - 116, 2009.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral**, v. 1, n. 2, p. 113 – 129, 2012.

BOURDOUKAN, Adla Youssef. **O Bolso e a Urna: financiamento político em perspectiva comparada**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CERVI, Emerson Urizzi. Instituições democráticas e financiamento de campanhas no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 e o financiamento público exclusivo de campanhas. **Anais 33º Encontro Anual da ANPOCS** 26 a 30 de outubro de 2009, Caxambu, MG.

CERVI, Emerson Urizzi. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 135 - 167, 2010.

COSTA, Luiz Domingos; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. In: SALGADO, Desiree; DANTAS, Ivo. **Partidos políticos e seu regime jurídico: o desenho constitucional dos partidos políticos**. Curitiba – PR: Juruá, 2013, p. 209 - 228.

DEGENNE, Alain; Forsé, Michel. **Introducing social networks**. Londres: Sage, 2007.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações gênero, entre gênero, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 347 -362, 2006.

FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000) (2002). **Opinião Pública**, v. 8, n. 1, p. 80 – 105, 2002.

HAWE, Penelope; WEBSTER, Cynthia; SHIELL, Alan. A glossary of terms for navigating the field of social network analysis. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 58, n. 12, p. 971 – 975, 2004.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria; CAMARGO, Neilor Fermino. Redes de

partidos políticos tecidas por financiadores: um estudo das eleições de 2010 no Brasil. **Revista Teoria & Sociedade**, n. 23.2, p. 49 – 78, 2015.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria; CAMARGO, Neilor Fermino. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 28 – 55, 2016.

JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; ALMEIDA, Leandro Batista. Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: A Dinâmica Estrutural da Exclusão e Marginalização Feminina no Poder Político. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, v. 6, n. 1, p. 25 – 47, 2015.

KOSTIUCHENKO, Tetiana. Central Actors and Groups in Political Elite: Advantages of Network Approach. **Polish Sociological Review**, p. 195–204, 2011.

LEMIEUX, Vincent; Mathieu, Ouimet. **Análise estrutural das redes sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LEMOS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 366 – 393, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe , e QUEIROZ, Cristina Monteiro de (2006). Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil . **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363 – 385, 2006.

OLIVEIRA, Márcia; GAMA, João. An overview of social network analysis. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Data Mining and Knowledge Discovery**, v. 2, n. 2, p. 99 – 115, 2012.

PEIXOTO, Vitor. **Eleições e financiamento de campanhas no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - em de doutorado em Ciência Política. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEIXOTO, Vitor. Impacto dos gastos de campanhas nas eleições legislativas de 2010: uma análise quantitativa. *In: Anais 8º Encontro ABCP*, 2012.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento político en el Cono Sur: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. *In: GRINER, S. De las normas a las buenas prácticas: el desafío del financiamiento político en América Latina*. San Jose Costa Rica: OEA IDEA, 2004, p. 271 - 294.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. **Novos estudos** [online], n.73, p. 6-16, 2005.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas. **Novos Estudos**, n. 73, p. 5-15, 2005a.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; RIBEIRO, Paulo Sérgio dos Santos; RIBEIRO, Dilma; MARQUES, Rodolfo da Silva (2010). Mulher e Política: a distribuição dos recursos segundo o espectro ideológico das candidatas. **7º Encontro da ABCP**, Recife (PE), Agosto de 2010, mimeo.

SPECK, Bruno Wilhelm and MANCUSO, Wagner Pralon A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. **Bras. Political Sci. Rev.**, v.8, n.1, p. 34 – 57, 2014.

SPECK, Bruno; SACCHET, Teresa. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: Alves, J.E.D.; Pinto, C.R.J.; Jordão F. (orgs). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 417 – 452.

SPECK, Bruno; SACCHET, Teresa. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, 177-197, 2012a.

THOMAS, Melanee; BODET, Marc André. Sacrificial lambs, women candidates, and district competitiveness in Canada. **Electoral Studies**, v. 32, n. 1, p. 153 – 166, 2013.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 2, p. 287 - 336, 2005.

Recebido em 09 de agosto de 2016.

Aceito em 25 de fevereiro de 2017.

Edson Armando Silva, Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski,
Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva

272